



ATA - Reunião da CT de Licenciamento

Data: 28/09/2018 das 9h30 às 16h00

Local: Casan – Estreito/Florianópolis

I - PARTICIPANTES:

Janaina Mendes – ANAMMA;
Sandra Regina Batista e Rafael Paludo - – CIMVI;
Fernanda Maria F. Vanhoni - CREA;
Jonas Comin Nunes (**Presidente**), Odilon G. Amado– CRQ;
Célio Haverroth - EPAGRI
Schirlene Chegatti (**Relatora**), Leticia P.L. Woyakewicz - FACISC
Alexandre Martins - FECAM;
Fabiane Nobrega Scalco (**Secretária**) - FIESC
Claudio Soares da Silveira – FLORAM;
Ivana Becker e– IMA SC;
Nelson Tonon Neto - OAB
Luiz Antonio Garcia Correa – SDS;
Alan
Alcir
Aline Convidados

II - DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO:

1) Ata da reunião anterior

2) Discussão de alterações/retificações referente aos códigos 20.30.00 - Fabricação de adubos, fertilizantes e corretivos do solo e 71.30.02 - Unidade de reciclagem de resíduos Classe II A da Resolução CONSEMA n° 99/2017, conforme ofício do AGRIC - Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais Ltda.

Discussão: após avaliação da apresentação relativa ao conteúdo do ofício encaminhado pela Agric (empresa Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais Ltda.) solicitando a criação de um código específico para a atividade de Unidade de Compostagem com produção de fertilizante orgânico. Assim tendo em vista a pertinência do pedido a CTL indica a compatibilização da proposta com o código de compostagem existente, sendo aprovada a seguinte redação:

71.30.04 – Unidade de compostagem com produção de fertilizante orgânico.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: M Água: M Solo: M Geral: M

Porte Pequeno: $0,5 \leq QT \leq 30$ (RAP)

Porte Médio: $30 < QT < 50$ (RAP)

Porte Grande: $QT \geq 50$ (EAS)

Justificativa: devido às diferentes nomenclaturas adotadas para produção de composto/fertilizante pelo MAPA e legislação ambiental foi avaliado que a atividade praticada se enquadra como etapa do processo de produção de fertilizante orgânico, sendo necessária a criação de um novo código para adequação à legislação do MAPA.

Encaminhamento: incluir nova atividade na minuta de revisão da Resolução n.º 98/17 e 99/17 (nível II, portes P e M e nível III, portes P,M,G).

3) Minuta de revisão de atividades passíveis de licenciamento das Resoluções CONSEMA n° 98 e 99/2017, referente ao ano de 2018.

Discussão: devido a conteúdo em fechamento nesta reunião será pautado na próxima reunião.

Encaminhamento: definida reunião extraordinária com pauta única para conclusão da



50 minuta.

51

52 **4) Solicitação oriunda da ouvidoria quanto à regulamentação do art. 39 do Código**
53 **Ambiental, que é de competência do CONSEMA.**

54 Discussão: OAB encaminhou a minuta proposta, entretanto, devido a conteúdo em
55 fechamento nesta reunião será pautado na próxima reunião.

56 Encaminhamento: continuar na próxima reunião.

57

58 **5) Minuta de resposta ao e-mail recebido através da Ouvidoria da SDS referente a**
59 **atividade de fabricação de calçados e artigos de couro e peles, considerando a**
60 **verificação in loco da FECAM;**

61 Discussão: conforme discussão ocorrida na reunião de 26 de junho foi verificada a
62 justificativa da alteração de porte, bem como a possibilidade de reaplicação do porte
63 anterior, Porte Pequeno: $0,01 \leq AU(3) \leq 0,1$ (RAP), conforme dispunha a Resolução
64 Consema 13/12. Verificada a tabela de revisão do Consema 13/2012, bem como a
65 justificativa da FAEMA considerada à época para alteração do porte.

66 Foi avaliado o conteúdo descritivo dos códigos, dispostos na Resolução Consema
67 98/2017, relacionados ao questionamento efetuado:

68 **19.90.00** -Fabricação de calçados e ou outros artigos de couros e peles

69 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M

70 Porte Pequeno: $0,1 \leq AU(3) \leq 0,2$ (RAP) (*nosso grifo para o porte inferior em pauta*)

71 Porte Médio: $0,2 < AU(3) < 1$ (RAP)

72 Porte Grande: $AU(3) \geq 1$ (EAS)

73 **30.90.00** Fabricação de calçados de qualquer material, exceto em couro.

74 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

75 Porte Pequeno: $0,02 \leq AU(3) \leq 0,2$ (RAP) (*nosso grifo para o porte inferior em pauta*)

76 Porte Médio: $0,2 < AU(3) < 2$ (RAP)

77 Porte Grande: $AU(3) \geq 2$ (EAS)

78 **30.90.10** Fabricação de partes de calçado de qualquer material, exceto em couro.

79 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

80 Porte Pequeno: $0,01 \leq AU(3) \leq 0,1$ (RAP) (*nosso grifo para o porte inferior em pauta*)

81 Porte Médio: $0,1 < AU(3) < 1$ (RAP)

82 Porte Grande: $AU(3) \geq 1$ (RAP)

83 Em análise pela CTL a padronização dos portes em função da similaridade entre as
84 atividades questionadas da proposta em análise (alterar o porte mínimo do código 19.90.00
85 para 0,01 ha).

86 Encaminhamento: FECAM irá complementar o ofício com dados da região de São João
87 Batista (polo de fabricação de calçados) para justificativa e aprovação na próxima reunião.

88

89 **6) Justificativa da Minuta de revisão da Resolução Consema nº 10/2010**

90 Discussão: Elaborada justificativa conforme retorno dado pela Câmara Técnica de
91 Assuntos Jurídicos – CTAJ.

92 JUSTIFICATIVA DA EXCLUSÃO DOS ARTIGOS ANTERIORES: A presente resolução
93 busca atender o que prevê o Art. 3º, inciso X, alínea “k”, da Lei nº 12.651/2012,
94 apresentando uma relação complementar a legislação federal no que se refere às
95 atividades de baixo impacto. No entendimento da CTL, não compete ao CONSEMA reger
96 a emissão de autorização, cabendo somente relacionar essas atividades.

97 JUSTIFICATIVA DE ALTERAÇÃO DO ANEXO: ajuste técnico em função das experiências
98 repassadas pelos órgãos ambientais que compõem a CTL quando da aplicação desta
99 resolução no tempo.

100 Encaminhamento: Remeter à Secretaria Executiva para encaminhamento à CTAJ. Solicitar
101 a participação na reunião da CTAJ para esclarecer eventuais dúvidas de cunho técnico.

102



103	
104	7) Minuta de resposta ao ofício nº BA/11/2018 referente ao licenciamento de Centro
105	de Distribuição de produtos de vestuário e acessórios
106	<u>Discussão:</u> Conforme ofício da empresa BASE AMBIENTAL ENGENHARIA E MEIO
107	AMBIENTE, CNPJ 14.760.933/0001-91, solicita esclarecimento do CONSEMA sobre “qual
108	procedimento deve ser adotado para licenciamento de Centro de Distribuição de produtos
109	de vestuário (agasalhos, calças, camiseta, etc.) e acessórios (relógios, perfumes, bolsas,
110	sapatos, etc.)”. De acordo com a empresa “em contato com os técnicos da FATMA/IMA os
111	mesmos posicionaram que no caso do empreendimento acima não necessita de
112	Licenciamento Ambiental devido o empreendimento não transportar produtos perigosos. Já
113	a FMDAS (Fundação de Meio Ambiente de São José) se posicionou a favor do
114	licenciamento”. Considerando os aspectos divergentes entre o Órgãos Ambiental
115	licenciador Estadual e Municipal, solicitou esclarecimento acerca da necessidade do
116	referido licenciamento ambiental para o referido empreendimento. Foi avaliado o conteúdo
117	da IN 68 do IMA, bem como o enquadramento da atividade em questão e os impactos
118	especialmente relacionados a EIV (estudos de impactos na vizinhança, ruído).
119	<u>Encaminhamento:</u> FECAM irá levantar os licenciamentos nos municípios para Terminal
120	Rodoviário de Cargas e IMA irá levantar os dados do Estado para este código.
121	
122	8) Alterações/retificações referente aos códigos 43.60.00, 71.30.04, 71.30.05,
123	conforme ofício da Vigilância sanitária.
124	<u>Discussão:</u> Avaliado o conteúdo do ofício da Diretoria da Vigilância Sanitária – DIVS- nº
125	2606/2018 encaminhado a SDS contendo os respectivos anexos da DIVS CI nº 812/18 CI
126	nº 853/18, Parecer nº 552/2018 – SES 28209/2018 que dispõe de análise e proposta de
127	alteração da Resolução Consema n.º98/17 para inclusão no rol de licenças as atividades
128	de ferro velho e similares. O conteúdo da solicitação dispõe principalmente de motivos
129	relacionados à saúde pública causados por riscos epidemiológicos. Quanto aos riscos
130	ambientais são citados de forma pontual a supressão de vegetação para ocupação dos
131	locais para depósitos de veículos inutilizados ou apreendidos e a possibilidade de
132	contaminação de solo proveniente de risco de infiltração que poderia ser causado pelo
133	vazamento de óleos, graxas, combustíveis, fluidos de freio, radiadores e ácidos de
134	baterias. Na análise efetuada pela CTL os riscos ambientais, podem ser controlados por
135	meio de fiscalização, independente da necessidade de licenciamento. Neste caso o maior
136	risco está associado a questões de saúde pública, que já são de competência da Vigilância
137	Sanitária.
138	<u>Encaminhamento:</u> Janaína (ANAMMA) irá relatar a justificativa conforme discussão
139	ocorrida na reunião para elaboração do ofício resposta.
140	
141	9) Adequação do código
142	<u>Discussão:</u> Analisado o requerimento do BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do
143	Extremo Sul, datado de 24/09/2018 que solicita alteração na forma de licenciamento
144	ambiental do item 34.11.04 Produção de energia solar fotovoltaica no solo, entendendo que
145	pelo tamanho da área, tipologia e porte típico destes empreendimentos essa atividade
146	poderia ser classificada por porte abaixo dos limites de licenciamento ambiental. Analisada
147	a pertinência da proposta em alterar o parâmetro de licenciamento de Potência para Área
148	Edificada.
149	Redação atual:
150	34.11.04 Produção de energia solar fotovoltaica no solo.
151	Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
152	Porte Pequeno: $1 \leq P \leq 10$ (RAP)
153	Porte Médio: $10 < P < 30$ (RAP)
154	Porte Grande: $P \geq 30$ (EAS)
155	O porte inferior ao caracterizado como porte “P”, será licenciado por meio da expedição de



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA
CÂMARA TÉCNICA DE LICENCIAMENTO

156	Autorização Ambiental –AuA.
157	Redação Aprovada:
158	34.11.04 Produção de energia solar fotovoltaica no solo.
159	Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
160	Porte Pequeno: $3 \leq AE(3) \leq 10$ (RAP)
161	Porte Médio: $10 < AE(3) < 30$ (RAP)
162	Porte Grande: $AE(3) \geq 30$ (EAS)
163	
164	AE(3): Área Edificada dos painéis fotovoltaicos (em hectares)
165	
166	Justificativa: atividade de baixo impacto ambiental, em geral edificada em locais onde não
167	há necessidade de supressão de vegetação. Na ocorrência de supressão de vegetação, a
168	mesma poderá ser autorizada por processo específico.
169	Nota: Incluir definição da nova área na legenda da revisão da Resolução n.º 98/17.
170	
170	<u>Encaminhamento:</u> incluir revisão da atividade na minuta de revisão das Resolução n.º98/17
172	e 99/17 (nível I porte P, nível II porte P e M, nível III portes P,M,G).
173	
174	10) Assuntos Gerais
175	a) Próxima reunião: Extraordinária- 05 de outubro – local a confirmar FECAM.
176	b) Solicitação de participação da ABES na CTL - Aprovada a inclusão da ABES
177	substituindo o CRbio de acordo com as faltas apontadas no período.
178	c) Substituição do titular da EPAGRI (ofício 2647/2018): novo titular Sr. Célio Haverroth.
179	
180	II - ENCERRAMENTO:
190	Finalizada a reunião e não tendo havido mais manifestações e tendo sido cumprida a pauta
191	convocada, as discussões foram encerradas e o presidente, agradecendo a presença de
192	todos deu por encerrada a reunião. A correspondente ata foi por mim relatada, Schirlene
193	Chegatti.